



Assunto: **Ofício n.º 183 /2007/DCONAMA/SECEX/MMA – Resolução CONAMA n.º 369/06**

Senhor Diretor;

Informação solicitada

1 - Quantitativo de pleitos de autorização de intervenção em APP protocolados, discriminados por atividade (conforme classificação da Resolução CONAMA 369/06).

28 intervenção para utilidade pública, conforme preconizado no inciso I do art. 2º da Resolução CONAMA n.º 369/06;

06 intervenção para interesse social, conforme preconizado no inciso II do art. 2º da Resolução CONAMA n.º 369/06;

08 intervenção para baixo impacto, conforme preconizado nos arts. 2º e 11 da Resolução CONAMA n.º 369/06.

2 - Quantitativo de autorizações de intervenção efetivadas e negadas.

28 intervenção para utilidade pública, 18 pedidos deferidos e 10 indeferidos;

06 intervenção para interesse social, 03 pedidos deferidos e 03 indeferidos;

08 intervenção para baixo impacto, 02 pedidos deferidos e 06 indeferidos.

3 - Características das APPs alvo: tipo de APP (conforme tipo elencados na Resolução CONAMA 303/02) e área da APP a ser afetada.

Conforme preconizado no art. 3º da Resolução CONAMA n.º 303/02, as modalidades de Área de Preservação Permanente (APP) mais solicitadas para intervenção são:

I - em faixa marginal, medida a partir do nível mais alto, em projeção horizontal, com largura mínima, de:

- a) trinta metros, para o curso d'água com menos de dez metros de largura;**
- b) cinquenta metros, para o curso d'água com dez a cinquenta metros de largura;**
- c) cem metros, para o curso d'água com cinquenta a duzentos metros de largura;**
- d) duzentos metros, para o curso d'água com duzentos a seiscentos metros de largura;**



AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS

e) quinhentos metros, para o curso d'água com mais de seiscentos metros de largura;

II - ao redor de nascente ou olho d'água, ainda que intermitente, com raio mínimo de cinquenta metros de tal forma que proteja, em cada caso, a bacia hidrográfica contribuinte;

III - ao redor de lagos e lagoas naturais, em faixa com metragem mínima de:

a) trinta metros, para os que estejam situados em áreas urbanas consolidadas;

b) cem metros, para as que estejam em áreas rurais, exceto os corpos d'água com até vinte hectares de superfície, cuja faixa marginal será de cinquenta metros;

IV - em vereda e em faixa marginal, em projeção horizontal, com largura mínima de cinquenta metros, a partir do limite do espaço brejoso e encharcado.

4 - Fatores motivadores das negativas de autorização de intervenção em APP.

Caracterização indevida das modalidades de intervenção;

Geralmente os empreendimentos ultrapassam os 5% permitidos para baixo impacto, quando se considera a influência indireta do impacto no meio;

Atividade de aquicultura (piscicultura) geralmente, por questões econômicas, não respeita os afastamentos mínimos dos corpos hídricos;

A regularização fundiária sustentável em área urbana necessita atender requisitos e condições extremamente difíceis de serem atendidos;

A definição de Área de Preservação Permanente (APP) para entorno de corpos hídricos, na Amazônia inviabiliza a utilização das várzeas para a agricultura e piscicultura;

Conseguir a comprovação da inexistência de alternativa técnica e locacional às obras, planos, atividades ou projetos propostos é algo praticamente impossível. Principalmente para obras públicas, onde sempre os recursos são escassos e devem-se respeitar as limitações orçamentárias (LOA, LDO, PPA, etc.). A inclusão do termo: “inexistência de alternativa técnica, econômica e locacional”, seria de grande valia à aplicação da Resolução.

5 - Trâmite processual e procedimento de análise.

O licenciamento ambiental de maneira sucinta ocorre na seguinte sequência:

Protocolização do requerimento na Fundação Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia de Roraima (FEMACT-RR);

Em seguida é encaminhado à Diretoria de Monitoramento e Controle Ambiental (DMCA);



AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS

Em seguida é encaminhado à Divisão de Licenciamento Ambiental (DLA), a qual designa equipe técnica para análise do pedido;

Em seguida a equipe técnica emite parecer;

Em alguns casos se faz necessário a emissão de parecer jurídico;

Emissão da Licença Ambiental ou indeferimento do requerimento;

Monitoramento da instalação/operação do empreendimento.

6 - Dificuldades encontradas na interpretação e aplicação da resolução.

Conseguir a comprovação da inexistência de alternativa técnica e locacional às obras, planos, atividades ou projetos propostos é algo praticamente impossível. Principalmente para obras públicas, onde sempre os recursos são escassos e devem-se respeitar as limitações orçamentárias (LOA, LDO, PPA, etc.). A inclusão do termo: “inexistência de alternativa técnica, econômica e locacional”, seria de grande valia à aplicação da Resolução (art. 3º inc.I).

Averbar efetivamente a reserva legal na Amazônia é algo extremamente difícil, em função da indefinição fundiária nesta região, que vão desde a fragilidade dos cartórios de registros de imóveis até vazios cartográficos (art. 3º inc. III).

A atividade de piscicultura, com construção de barragens e tanques em áreas de preservação permanente (APP's) não foi contemplada nesta resolução, hoje na prática existem diversos empreendimentos desta modalidade, os quais não podem ser regularizados.

A regularização fundiária sustentável de área urbana depende da declaração de Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) no Plano Diretor ou outra legislação municipal, além de atender outros requisitos, o que na prática acaba inviabilizando a regularização, e as vezes até mesmo estimulando a irregularidade.

RAIMUNDO COSTA FILHO

Boa Vista-RR, 22 de setembro de 2008.